

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

Análise ao Relatório de Gestão de 2016 da Câmara do Porto

Coligação Rui Moreira/CDS/PS bate recordes de privatizações e de baixo investimento

O relatório de gestão de 2016 da Câmara Municipal do Porto permite-nos fazer um balanço de mandato da coligação Rui Moreira/CDS/PS, tendo em conta a mensagem do próprio presidente incluída no relatório, assim como avaliar a execução do terceiro orçamento municipal que apresenta.

Da mensagem resulta claro um modelo de desenvolvimento da cidade dependente do turismo (“a crescer a dois dígitos há quatro anos”), mantendo-se em aspectos fundamentais a matriz «impresa» por Rui Rio e a anterior coligação PSD/CDS, com más opções estratégicas e anúncios de investimentos, que foram importantes bandeiras eleitorais, deixando a sua execução para um próximo mandato (“estando lançados”). É assim com a reabilitação do Mercado do Bolhão (a tal que se lançava num ano), com o Matadouro, com o Terminal Intermodal de Campanhã, com o Cinema Batalha e com a reabilitação do Pavilhão Rosa Mota (mantendo-se o modelo de concessão a privados). Não deixa de ser importante nesta mensagem as omissões. Como a situação do Bairro do Aleixo. A tão famigerada prioridade Campanhã, que parece esquecida na mensagem. A revisão do PDM, adiada para o próximo mandato. Até outras questões, como a expansão e reabilitação da Biblioteca Municipal.

Por outro lado, verifica-se uma auto-congratulação com a manutenção de más opções estratégicas. Avançou-se com a concessão a privados do estacionamento na via pública, um negócio que onera quem vive, trabalha e estuda no Porto, com a mancha de estacionamento a crescer. Manteve-se a concessão da limpeza urbana, alargando-a agora a 100% da cidade e criando as condições para destruir esta competência ao nível dos serviços municipais, um negócio que foi ruinoso para cidade. Avançou-se com a municipalização da STCP, assumindo o município responsabilidades que poderão vir a onerar os cofres municipais e o serviço público (a expansão da linha do Metro do Porto também foi esquecida da mensagem presidencial, talvez pela percepção que o resto ficará para as calendas gregas, numa espécie de vitória de Pirro). **Como diz o ditado popular e já o afirmámos no passado, existe muita parra, mas pouca uva.**

Por outro lado, a cidade continua a apresentar inúmeras fragilidades económicas e sociais, onde os mais 18 mil desempregados inscritos (29% dos quais jovens) e um desemprego de longa duração que teima em não baixar, atingindo 62% desses desempregados, são apenas a ponta do iceberg. Os problemas da gentrificação e despovoamento, as carências habitacionais, continuam a ser problemas estruturais da cidade, que têm vindo a agravar-se. O aumento do número de pedidos de habitação social (795 para 930) e a dificuldade de resposta do município com a

redução de casas atribuídas (332 para 277) e até de beneficiários do Fundo de Emergência Social (577 para 473), são disso apenas um pequeno exemplo.

Face a isto, ao nível do relatório de contas tudo continua igual. Desvios orçamentais, baixas taxas de execução orçamental, elevada execução do lado da receita, sobretudo da fiscal, receitas extraordinárias (os oito milhões de euros de encaixe da concessão do estacionamento na via pública), operações financeiras extraordinárias (os 28,7 milhões de euros do Acordo do Porto), geração de excedentes crescentes e insuficiente investimento municipal. Agora, embrulhados numa simplificação dos quadros estatísticos, que do relatório principal não nos permite extrair de forma directa informações essenciais, em nome da melhoria da comunicação.

Como tem sido apanágio desde 2010, continuou-se um processo de gerar poupanças/excedentes. Um Município que continua do ponto de vista patrimonial a dar lucro (7,2 milhões de euros), quando as necessidades de desenvolvimento da cidade e a situação económica e social imporiam, como tem vindo a afirmar a CDU, níveis de investimento elevado, o reforço dos serviços municipais e alívio da carga fiscal sobre os portuenses. A realidade mais uma vez mostra que havia margem para isso, não só tendo em conta o excedente das operações orçamentais registado de 66 milhões de euros (a que acresce mais 2,5 milhões de euros de saldo de operações de tesouraria), uma margem de endividamento de 24,8 milhões de euros, para além das possibilidades de poupança existentes na despesa, nomeadamente ao nível da aquisição/externalização de serviços e o aproveitamento do reingresso de trabalhadores, nomeadamente das concessões da limpeza e da própria Fundação Porto Social.

O excedente volta a crescer. A pergunta é: porquê? Não haverá necessidades de investimento a cumprir? Ou de reforço do serviço público?

O relatório de gestão de 2016 volta a demonstrar as deficiências na elaboração do orçamento municipal, suas previsões e opções. Como já tivemos a possibilidade de afirmar, nos últimos anos, não só os orçamentos municipais recebem diversas modificações durante o ano, que alteram a sua estrutura de receitas e despesas, como depois estes acabam por não ser cabalmente executados, registando importantes desvios. Em 2016, as modificações orçamentais traduziram-se num aumento da despesa orçada superior em 57,7 milhões de euros, situando-se nos 264,9 milhões de euros, mas a taxa de execução foi uma das mais baixa dos últimos 7 anos, ou seja, de 78,1%. Isto significa um desvio orçamental de menos 58,1 milhões de euros. Num contexto, em que a taxa de execução da receita foi de 103%, equiparável ao que já tinha acontecido em 2015. Sendo a dimensão deste desvio orçamental um dos mais elevados de sempre, a verdade é que a baixa execução e os desvios orçamentais têm sido uma tendência dos últimos anos, que também diz muito sobre o rigor orçamental (ou falta dele!), como se pode depreender do Quadro 1. **A actual coligação foi a campeã da baixa execução orçamental!**

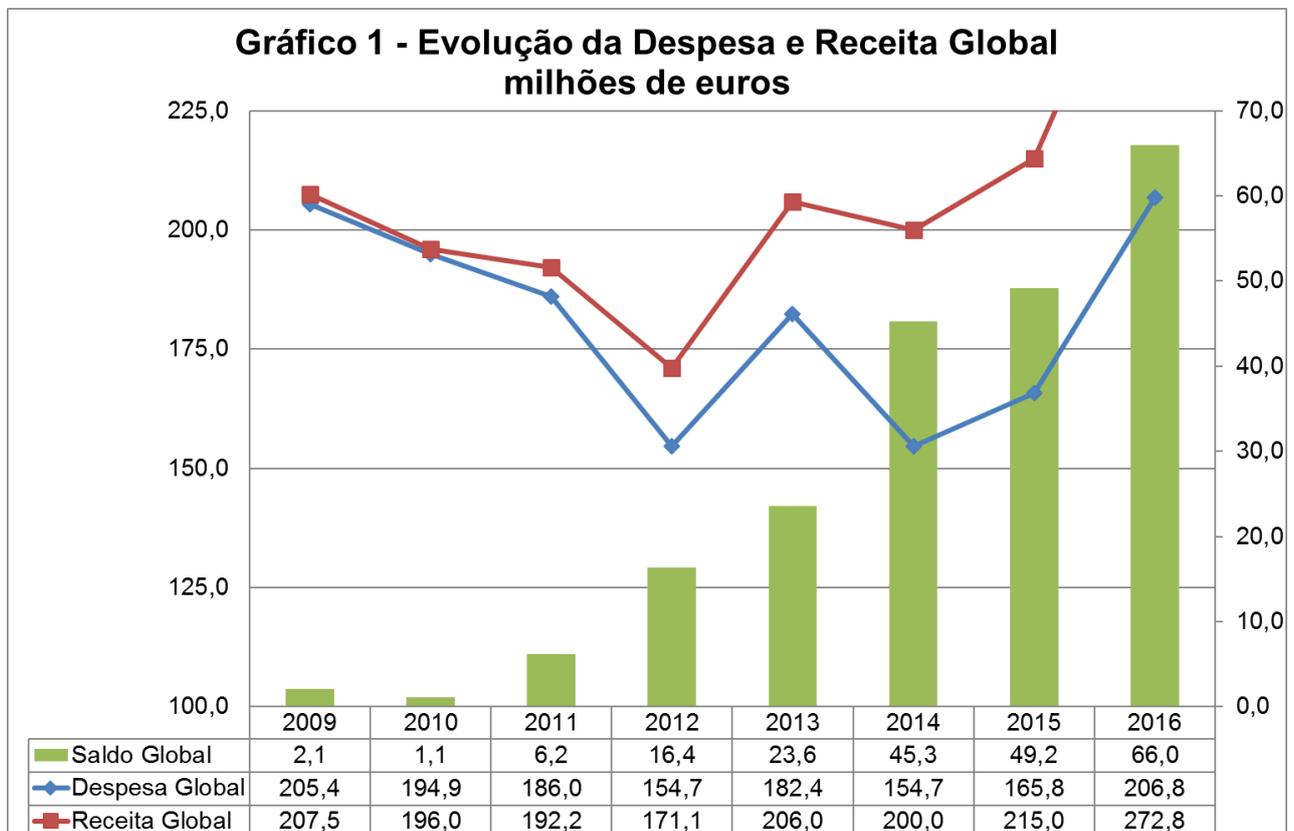
Quadro 1 - Execução e Desvios Orçamentais

Despesa	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Execução orçamental, % Orçamento Final	86,5%	87,3%	79,0%	86,9%	76,7%	78,7%	78,1%
Desvio Orçamental, milhões de euros	-30,4	-27,1	-41,2	-27,5	-47,1	-44,8	-58,1

Fonte: Relatórios de Gestão da CMP, Quadro «Despesa por classificação económica»

A título indicativo, os desvios orçamentais entre 2010 e 2016, totalizam menos 276,2 milhões de euros (já incluindo as modificações orçamentais realizadas), um valor superior à despesa orçada em 2016. Se tivermos em conta, que a despesa paga média deste período foi de 181,3 milhões significa que nos últimos sete orçamentos aprovados, mais de um e meio não foi na prática executado. O mesmo exercício pode ser feito para os últimos 3 orçamentos executados, na prática um não foi executado, tendo o somatório dos desvios orçamentais atingido os 150 milhões de euros. Estes pretendem apenas mostrar a grandeza entre o que é orçado e o que é na prática executado.

É de apontar que ao nível dos objetivos estratégicos, foi o da Economia e Emprego (12,3%), o do Urbanismos e Reabilitação Urbana (16,8%), Inovação (45%) e Juventude (63,3%), que apresentaram as piores taxas de execução orçamental, num contexto em que dos 13 objetivos, apenas 5 apresentaram taxas de execução melhores que a média, sendo de salientar também que ao nível da despesa efetivamente paga, é o objectivo Mobilidade e Transportes, que apresenta um dos valores mais baixos dos últimos anos.



Esta política de «poupança», geradora de um excedente crescente, que se alimenta de ano para ano, pode ser visualizada no Gráfico 1. O valor deste excedente atingiu os 66 milhões de euros em 2016, mais 16,8 milhões de euros que em 2015 (um aumento de 34,1%), 4 vezes superior ao registado em 2012.

É verdade que a poupança corrente gera margem para investimento e redução do endividamento. A questão central é que o orçamento municipal é uma resposta de política pública ao nível local. Se manter as contas equilibradas faz sentido, a política pública não foi feita para gerar «lucros», uma vez que o pressuposto da receita cobrada é ser traduzida em benefício das populações e do desenvolvimento local, nomeadamente como já foi afirmado, investindo, reforçado os serviços públicos e aliviando a carga fiscal.

É de salientar que a carga fiscal sobre os portuenses em 2015 continuou a níveis elevados. O peso das receitas fiscais nas receitas correntes ascendeu a 63,8% em 2016. A receita fiscal teve um aumento de 18,7% face a 2015, com uma taxa de execução de 116,3%!

O excedente, também não foi utilizado nos últimos anos para alavancar o investimento municipal. Até 2014, o investimento municipal teve uma tendência de redução, atingindo nesse ano um dos valores mais baixos de sempre, mesmo expurgados os efeitos do acordo do Parque da Cidade (ver Quadro 2). Apesar do aumento registado em 2015 e 2016 (37,4%), a verdade é que este valor de investimento se encontra ao nível de 2012 e insuficiente para dar resposta as necessidades existentes.

Se recuarmos a 2009, verificamos que a diferença atinge 16,9 milhões de euros, menos 39,1%, face ao volume de investimento então registado. Mas também aqui importa salientar, que o montante de investimento inscrito no orçamento era de 54 milhões de euros, passando, o que significa uma taxa de execução do investimento municipal de 48,6%. Esta execução do Plano Plurianual de Investimentos é mais baixa do que a registada em 2015

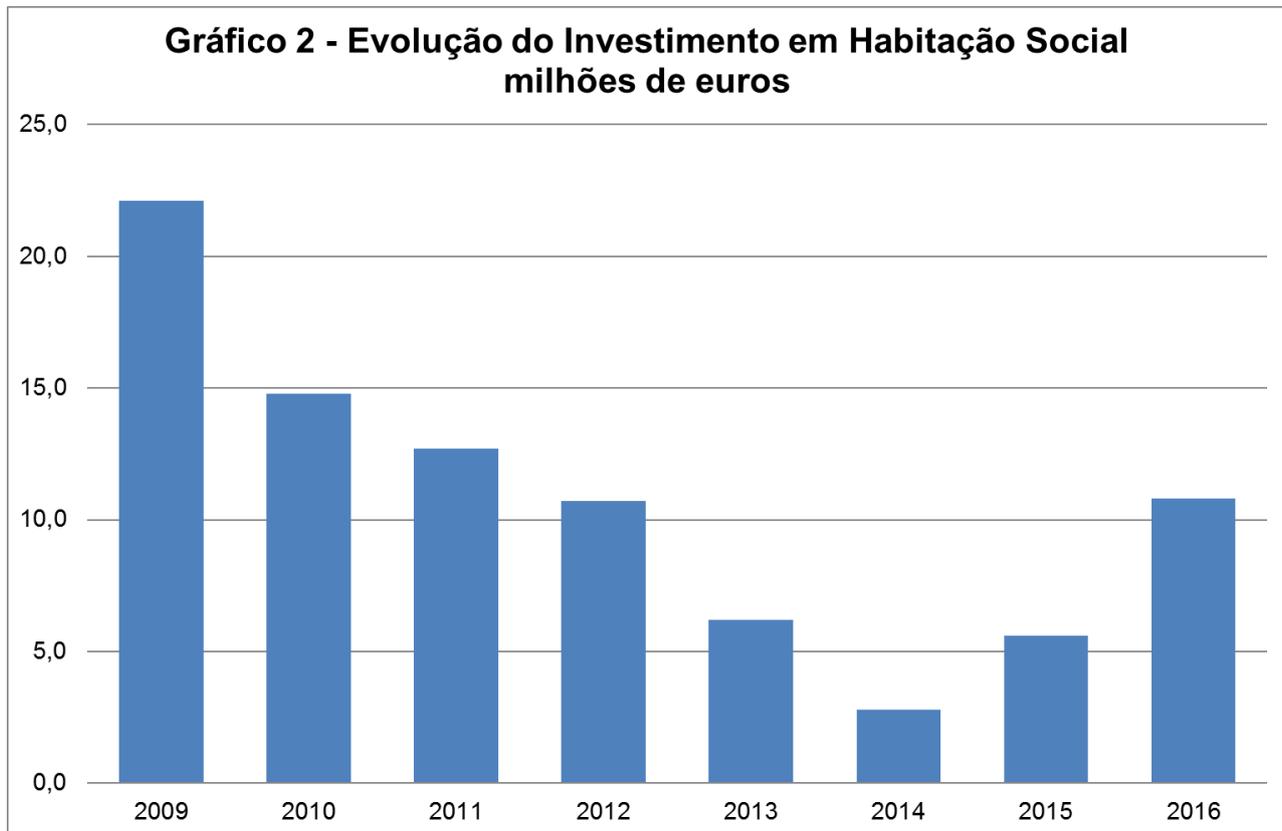
Quadro 2 - Investimento Municipal, milhões de euros

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Diferença			
									2016-2015		2016-2009	
Investimento Global	43,2	37,0	38,9	25,5	22,3	13,3	19,2	26,3	7,1	37,0%	-16,9	-39,1%
Habituação Social	22,1	14,8	12,7	10,7	6,2	2,8	5,6	10,8	5,2	92,9%	-11,3	-51,1%
Instalações	9,9	10,2	11,1	5,1	4,1	2,7	4,2	5,4	1,2	28,6%	-4,5	-45,5%
Construções Diversas	7,3	6,8	11,7	4,6	7,5	5,1	4,9	3,5	-1,4	-28,6%	-3,8	-52,1%

Nota: O investimento global em 2010 e 2013 está expurgado do impacto do acordo do Parque da Cidade - 2ª fase

Fonte: Relatórios de Gestão da CMP, Quadro «Evolução das despesas de investimento total»

O que foi dito para o investimento ao nível global, é particularmente mais acutilante para o investimento na requalificação dos bairros municipais, onde o valor executado em 2016 fica aquém dos 12,4 milhões de euros orçados e do que foi executado em 2012, sendo 2014 um ano de exceção, com um dos mais baixos níveis de investimento registados. (Ver Gráfico 2 e Quadro 2).



Sendo conhecida a crítica da CDU à gestão municipal da anterior coligação PSD/CDS, a verdade é que comparado, a actual coligação investiu menos 51,7% na requalificação dos bairros municipais. Investiu em termos globais menos 42%, apesar da despesa paga acumulada ter tido uma redução de 1,5% e isto expurgando estes valores do impacto do acordo do Parque da Cidade. O peso do investimento municipal passou de 18,9% (23% se tivermos em consideração o Acordo do Parque da Cidade) para 11,2%. Apesar do “enorme” excedente e de uma taxa de execução recorde da receita, a actual coligação Rui Moreira/PS/CDS investiu cerca de metade do que anterior coligação PSD/CDS.

Quadro 3 - Investimento Municipal, peso na despesa paga

	2010-2012	2014-2016	Diferença	
			Meuros	%
Bairros Municipais	37,3	18,0	-19,3	-51,7%
Investimento Municipal	101,4	58,8	-42,6	-42,0%
Despesa Paga	535,6	527,3	-8,3	-1,5%
Peso %	18,9%	11,2%		

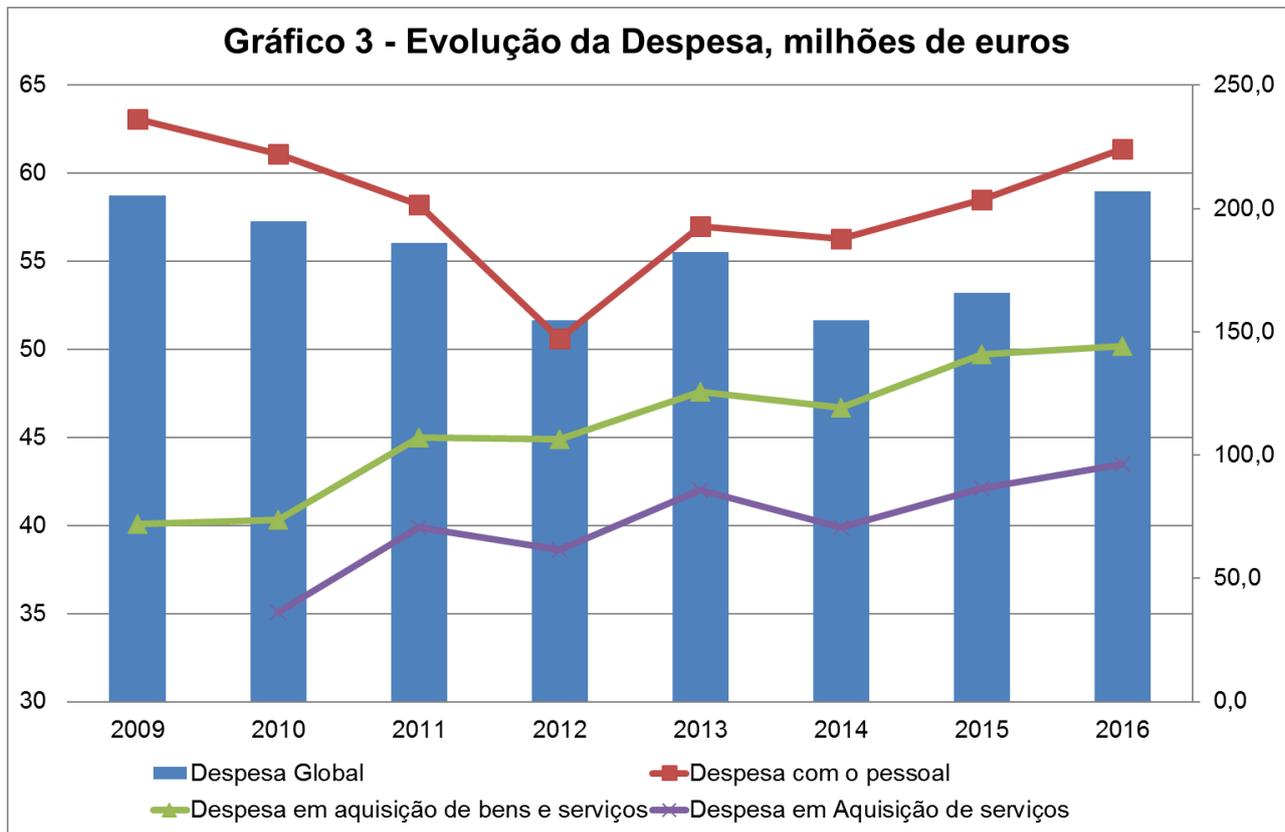
Nota: O investimento global em 2010 e 2013 está expurgado do impacto do acordo do Parque da Cidade - 2ª fase

Fonte: Relatórios de Gestão da CMP, Quadro «Evolução das despesas de investimento total»

Quadro «Despesa por classificação económica»

Analisando a despesas corrente, até 2013, a tendência foi para a redução das despesas com o pessoal, para qual os Orçamentos de Estado deram um importante «contributo», desde então devido a decisões do tribunal constitucional, políticas de reposição de rendimentos e aumento do quadro de pessoal, as despesas com o pessoal têm tido um aumento, estando neste momento ao nível de 2009 (ver Gráfico 3).

Por outro lado, a **rubrica de aquisição de bens e serviços tem verificado uma tendência de crescimento, representando em 2016 24,3% da despesa total**, tendo esta rubrica tido um aumento de 1%. Esta linha tendencial mostra bem a política de substituir o serviço prestado por trabalhadores municipais, pela externalização e concessão de serviços a privados, sem se notar globalmente alguma poupança pelo erário público, antes pelo contrário. Face a 2009, esta rúbrica conta com mais 10,1 milhões de euros (mais 25.2%), enquanto as despesas com o pessoal registaram uma redução de 1,7%. Aqui com um importante contributo da concessão da limpeza urbana.



Desde 2012, só a aquisição de serviços teve um aumento de 12,7% (mais 4,9 milhões de euros. Gostaríamos também de salientar, que se pagou em 2016 cerca de 8,7 milhões de euros com a concessão da limpeza em curso, que foi recentemente prorrogada. Lembra-se que esta concessão inicialmente previa uma despesa anual de 5,7 milhões de euros e foi adjudicada a 6,6 milhões de euros. Desde 2009 até 2016, isto representou cerca de 27 milhões de euros a mais do que inicialmente previsto. O que mostra como foi ruinoso este negócio para a cidade e como seria importante, também aqui, (re)municipalizar este serviço público, mas a atual coligação que governa a cidade decidiu «alargar» o negócio.

As contas de 2016 mostram nova e claramente as opções de uma política municipal que continuou a acentuar a “austeridade”, continuando a poupar em vez de investir de forma significativa. Ao contrário do que é apregoado existia (e existe) a possibilidade de, com os recursos financeiros existentes, fazer mais e melhor no sentido de contrariar a situação económica e social e de avançar de forma cabal para a resolução dos problemas estruturais da cidade, que podiam melhorar as condições de vida da população, nomeadamente no Porto escondido das grandes avenidas e da propaganda institucional.

O Relatório de Gestão de 2016 confirma as denúncias da CDU quando da aprovação do Orçamento de 2016 pela atual coligação Rui Moreira/CDS/PS, de continuidade com as políticas que tinham vindo a ser seguidas anteriormente. As contas que, hoje, conhecemos, mostram claramente que existe margem para fazer uma política diferente e reforçar o investimento municipal.

É cada vez mais necessária uma rutura com as políticas de direita que têm vindo a governar a cidade. Os portuenses sabem que podem contar com a CDU na defesa de uma política alternativa e na afirmação da alternativa política de esquerda, que utilize todos os recursos do município em prol do desenvolvimento económico e social da cidade.

Porto, 18 de Abril de 2017

A CDU – Coligação Democrática Unitária / Cidade do Porto

Participam na conferência de imprensa Pedro Carvalho, Vereador, e de Artur Ribeiro e Honório Novo, membros da Assembleia Municipal do Porto.